

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 31

Renato de Oliveira

assume a direção do sindicato que representa os professores universitários em meio às turbulências de uma greve nas federais. Sem papas na língua, dá sua versão para as polêmicas que permearam a paralisação, anuncia mudanças no sindicato e sinaliza as transformações que virão para o ensino superior (A entrevista inicia na pág. 12 e conclui nas páginas 8 e 9)

Fabírcia Osanai



Manipulação eletrônica sobre fotos de Fabírcia Osanai



O futuro da universidade

Ficou para depois a colheita dos louros da greve de 1998

Páginas 6 e 7

Pág. 3 e 4

Telebrás: a jóia da coroa

Sem as restrições habituais e com imenso mercado a ser explorado, o Brasil é a mina de ouro da telefonia

Pág. 5

Impasse no campus

Aumenta a reação contrária à posse de José Henrique Vilhena – o menos votado na lista tríplice – na Reitoria da UFRJ

Pág. 11

O ataque do atacante

Ronaldinho pagou o preço por assumir a responsabilidade de personificar o falo mundial



Gilmar Fraga

Em busca de alternativas

Terminou a greve e volta o nosso jornal. Os nossos recursos não permitiram manter o jornal e o boletim de greve "Ação Direta", que naquele momento era prioritário. No entanto, este número é praticamente todo consagrado à greve. Temos que digeri-la, fazer sua análise e tirar lições.

Evidentemente, não poderemos manter o pique de discussões e ações do período do movimento grevista, mas a partir do saldo organizativo e do patrimônio de credibilidade que acumulamos junto à sociedade, poderemos realizar mais eficazmente a defesa da universidade pública.

Um dos principais instrumentos que vislumbramos é a constituição do Fórum de Defesa da Universidade formado pelos três setores da comunidade universitária, cuja coordenação tem se reunido e logo proporrá debates de temas que permi-

tam elevar o patamar das discussões definidoras da universidade que queremos.

É, portanto, definindo a universidade que queremos e lutando por ela, legitimando-a junto à sociedade, que conseguiremos defender a universidade pública.

A defesa da universidade pública não se sustenta, se quiser apenas conservar o que existe. Até para conseguir isto, precisamos avançar.

As diferenças que eventualmente tivemos com a atual Diretoria da Andes na condução do movimento grevista não alteram o acordo estratégico geral que temos com a mesma. Assim, pensamos que qualquer movimento questionador da sua legitimidade terá nossa oposição. Pelo contrário, para realizarmos as tarefas mencionadas acima, urge fortalecer a Diretoria da Andes.

Ministro sem E-d-u-c-a-ç-ã-o

Ao comparecer à cerimônia comemorativa aos 100 anos de fundação da Faculdade de Medicina, preparada com todo o rigor acadêmico, o Senhor Ministro da Educação conseguiu a proeza de cometer duas indelicadezas, para dizer o mínimo. Tudo em um pequeno pronunciamento, sem qualquer preparação prévia.

A primeira, ao dizer que comparecia ao evento graças à insistência do convite — feito pela Reitoria e pelo Diretor da Faculdade —, o que equivale a dizer que de outra forma não teria vindo, o que talvez fosse até melhor. Logo em seguida, não conseguindo esconder o constrangimento de comparecer pela primeira vez perante a comunidade universitária após o término da greve,

aproveitou-se dessa circunstância e do protocolo que o levou a falar por último — como maior autoridade presente — para, de forma deselegante, ignorar o motivo da cerimônia e tentar justificar ações de seu Ministério em relação às universidades públicas, com argumentos inconvincentes e dados duvidosos.

Por fim, fez um apelo ao diálogo. Mas como, Senhor Ministro, com essa atitude de mestre-escola autoritário? Aliás, ao diálogo sempre estivemos disposto. O que não encontramos foi correspondência, conforme se comprovou na última greve. Volte sempre, Senhor Ministro, de preferência com mais humildade e senso de oportunidade, dentro das regras da boa convivência.

Folia de gala

Uma noite de gala que acabou numa grande folia. Assim foi o baile que comemorou os 20 anos da Adufrgs realizado no dia 25 de julho em um dos salões da Associação Atlética Banco Brasil (AABB), na zona sul de Porto Alegre. Animados pelo som do conjunto Impacto, cerca de 200 professores, familiares, políticos e outros convidados deixaram de lado o formalismo e dançaram até invadir a madrugada do dia seguinte. Os destaques ficaram por conta das presenças do prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, da reitora Wrana Panizzi, do presidente da Andes/SN, Renato de Oliveira, do deputado estadual Flávio Koutzii e do vereador Henrique Fontana (ambos do PT). Na abertura da festa, os ex-presidentes da Adufrgs foram homenageados na figura de um dos fundadores da entidade, o professor José Fraga Fachel. A Diretoria da Adufrgs promete repetir a dose no próximo ano.



Venda de diplomas

O Ministério da Educação boliviano fechou a Universidad del Sur (Unisur), de Cochabamba, depois de comprovar a venda de certificados com conceitos a estudantes bolivianos e brasileiros, que não estavam inscritos, nem frequentavam as aulas. A Unisur vendia certificados de cursos de medicina e odontologia, segundo o ministro da Educação do país, Tito Hoz de Vila. (J. Ciência Hoje)



Voto de solidariedade

A Câmara Municipal de Alegrete aprovou "remessa de votos de solidariedade" à direção da Adufrgs face à "luta por recursos orçamentários que estão sendo sonegados pelo governo federal". O documento aprovado foi encaminhado pela vereadora Flordeliz Damasceno Marques, líder da bancada do PPB, destaca "a política do governo que está atuando, destrutivamente, sobre a universidade pública, não apenas no RS mas em todo o território nacional, investindo contra sua autonomia, suprimindo vagas e reduzindo investimentos em ciência e Tecnologia". E conclui o documento: "trata-se, portanto, de um crime praticado contra nossa elite cultural e universitária, pois é muito grande o número de professores que estão deixando a universidade pública e transferindo-se para a particular".

Marcha dos sem

Professores da Ufrgs uniram-se, no dia 23, aos cinco mil participantes da Marcha dos Sem, movimento de protesto contras as políticas de FHC. Organizado pela CUT e pela Coordenação Unitária dos Trabalhadores Gaúchos, a marcha contou com a presença de estudantes, parlamentares e candidatos ao governo do Estado, professores da rede estadual e municipal, trabalhadores rurais sem terra, sindicalistas, pequenos produtores e servidores públicos, entre outras categorias. Para sete de setembro, está sendo organizada a Marcha dos Excluídos.

AD
VERSO
Publicação
quinzenal
Impresso em
papel Ecograph
Tiragem :
4.500 exemplares

Edição: Silvanio Mariani
Reportagem: James Görden
Estagiária: Fabrícia Osonai
Programação Visual: Gilmar Fraga
Diagramação: Nilson Figueiredo Filho
Revisão: Jorge D. Barbosa

Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt; Vice-Presidente: Lúcio Hagemann; 1º Secretário: Eloína Prati dos Santos; 2º Secretário: Jorge Ducati; 1º Tesoureiro: Mário Brauner; 2º Tesoureiro: João Vicente Silva Souza; 1º Suplente: Benedito Tadeu César; 2º Suplente: Ricardo Jacobi.

Seção Sindical do ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

TELEBRÁS

O filé mignon da telefonia mundial...

Silvanio Mariani

Em reunião com grupos de investidores em Nova York, na primeira quinzena de junho, o diretor de privatização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Pio Borges, no afã de atrair compradores para o Sistema Telebrás, fez a seguinte declaração: "Comprem as empresas de telecomunicações brasileiras agora, pois daqui a dois ou três anos vocês poderão revendê-las por duas ou três vezes os preços pagos agora".

Um negócio da China. É o que o governo brasileiro prometia ao oferecer a maior empresa brasileira em leilão público. Em quatro operadoras (Embratel, Telesp Celular, Tele Sudeste Celular e Tele Leste Celular), a participação dos investidores internacionais foi de 100%. Os mais eufóricos eram os espanhóis, orgulhosos deles mesmos por terem arrebatado a "jóia de la corona", como definiram a Telesp, que teve o maior ágio entre as teles fixas: 64,28%.

A Embratel foi a mais disputada no leilão, que acabou vendida para a norte-americana MCI, por R\$ 2,65 bilhões. O papel de patinho feio coube à área 8 (Banda B) da telefonia celular, que não foi vendida porque o preço mínimo de R\$ 200 milhões não atraiu compradores.

A venda das empresas de telecomunicações rendeu aos cofres públicos R\$ 22 bilhões, consolidando um ágio médio de 63,74% sobre o preço mínimo, estipulado em R\$ 13,47 bilhões. Na verdade, houve uma baixa no valor mínimo de venda e ninguém conseguiu explicar o motivo. Enquanto o ministro Sérgio Motta estimava, em outubro de 1997, que a venda das empresas do Sistema Telebrás arrecadaria al-

Após uma guerrilha de liminares que tentava impedir a transação, o Sistema Telebrás foi vendido no último dia 29 por R\$ 22 bilhões, transformando-se na segunda maior privatização da história (perdeu para a japonesa NTT, que saiu por US\$ 70,44 bilhões) e estabelecendo um recorde de participação do capital estrangeiro no processo de privatização brasileiro. Espanhóis, canadenses, japoneses, italianos, norte-americanos e portugueses ingressam num imenso mercado em expansão, ao contrário da saturação existente em países desenvolvidos. E, o que é melhor, estarão livres das restrições de outros países emergentes. Os compradores da telefonia fixa e de longa distância serão os senhores absolutos de seus mercados por um ano ao menos, tempo que levará para que as empresas-espelho comecem a atuar, iniciando a tão alardeada concorrência no mercado de telefonia

Paulo. Em declarações à imprensa no dia 21/7, Mendonça de Barros afirmou que o ágio na privatização "deve chegar aos 20%", arrecadando para os cofres do governo em "torno de R\$ 16 bilhões". As companhias interessadas no leilão pagaram R\$ 6 bilhões a mais. Ou o governo brasileiro colocou o preço lá embaixo ou as companhias estrangeiras foram logradas. A julgar pela atuação das empresas compradoras no mundo todo, conclui-se que a primeira opção é mais convincente.

O Sistema Telebrás projeta ganhos tentadores. No ano passado, a estatal teve um lucro de R\$ 3,9 bilhões (no ano anterior, a Eletrobrás lucrou R\$ 2,4 bilhões, a Petrobrás R\$ 670 milhões e a Vale do Rio Doce R\$ 632 milhões). Desde sua fundação, em 1972, a empresa não retira recursos do Tesouro. Ao contrário, sempre colaborou para o equilíbrio das contas do governo. A Telebrás ainda paga ao governo 35% de imposto, a maior taxa do setor no mundo.

Mudança no modelo

Não há quem defenda a manutenção do modelo atual para o Sistema Telebrás. As críticas, feitas pela oposição, especialistas, técnicos e pela própria imprensa, centram fogo na forma como está foi conduzido o processo. A restrição ao capital estrangeiro foi retirada e agora a ex-estatal poderá ser controlada pelo capital internacional. Além disso, foi adotado o método de fatiamento, que dividiu a Telebrás em 12 empresas. Com estrutura e recursos inferiores, a empresa que ocupava o 15º lugar em telefônicas no mundo provavelmente terá menores possibilidades de inserção no disputado mercado mundial de telefonia. A divisão em 12 partes pode ainda resultar no encaixe das empresas subsidiárias menos promissoras que, nesse caso, permanecerão nas mãos do governo e exigirão recursos públicos para sua manutenção.

Outro problema que o governo finge não ter importância diz respeito à tecnologia desenvolvida pelo país no setor das telecomunicações. O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD) é um dos seis centros de excelência em escala internacional. O CPqD já transferiu para a indústria local mais de cem produtos estratégicos, desde cartão indutivo para telefonia pública e centrais digitais até fibra ótica. Com a privatização, o Centro tende a perder competitividade porque os grupos internacionais provavelmente irão continuar com seus fornecedores habituais.

"Somos fornecedores tradicionais da CRT, mas depois da compra desta empresa pela Telefónica de Espanha, nunca mais

consegui falar com o presidente", queixou-se Marcos Eduardo bandeira Maia, dono da Zetax, produtora de centrais telefônicas (*Carta Capital*, 22/7). "As nossas centrais são mais modernas, competitivas e foram projetadas na década de 90 para mercados emergentes. As dos concorrentes estrangeiros são da década de 70 e 80. Eles estão vendendo nos países pobres investimento já amortizado", disse o dono da Zetax.

Um documento divulgado pela Federação dos Trabalhadores em Telefonia (Fittel) afirma que a Telefónica de Espanha, que recentemente comprou a CRT, importa de seu tradicional fornecedor europeu os "obsoletos telefones públicos à moeda em substituição à tecnologia a cartão indutivo desenvolvida pela Telebrás". Em vez de investir na pesquisa e nas indústrias brasileiras, vamos importar tecnologia.

Monopólio: de estatal para privado

É bem possível que o Brasil siga os passos já traçados por outros países da América Latina, onde os governos transferem seus monopólios estatais nacionais para as empresas estatais estrangeiras ou privadas. Começou em 1987 quando o Chile vendeu a Cia. Telefónica Chilena por US\$ 278 milhões ao especulador australiano Alan Bond, que a repassou por US\$ 392 milhões ao monopólio espanhol CNTE (que compraria a TLD de porto Rico em 1991 e três anos depois a Entel, do Peru). A Argentina, em 1991, entregou no norte do país, a Telécom ao consórcio France Telecom, Itália Telecom e Banco Morgan. E no sul, a Telefónica passou ao controle do consórcio CNTE-Citicorp. Na Venezuela, a CANTV foi vendida ao consórcio CNTE-AT&T-GTE. Em seguida, o México vendeu a lucrativa Telmex ao trio France Telecom - Bell South - Grupo Caruso.

Mas nenhum país desenvolvido está caminhando para a desnacionalização ou para a fragmentação de suas operadoras

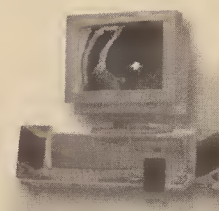


Nas últimas sete semanas, somente no Brasil as privatizações tiveram o resultado esperado pelo Governo. Na Rússia (petróleo), Venezuela (alumínio) e Peru (gás e petróleo) as vendas não deram certo

go entre R\$ 30 e R\$ 40 bilhões, seu sucessor, Luiz Carlos Mendonça de Barros afirmou, em abril deste ano, que a parte do governo nas empresas alcançava R\$ 21 bilhões. Saliente-se que nenhuma transformação ocorreu na atuação da estatal para justificar a redução do preço.

O ardil da redução

Especialistas sugerem que a redução do preço da estatal obedeceria a uma estratégia do governo que teria dupla finalidade: atrair compradores e aumentar a chance de ágio. Segundo o deputado federal do PT, Walter Pinheiro, ex-funcionário da estatal e especialista no setor, esse ardil funcionou no caso da privatização da Banda B (telefonia celular), em São Paulo. O sobrepreço atingiu 400%. Se algo similar ocorresse com a Telebrás, o governo iria faturar politicamente. Mas com um ágio dessas proporções, deixaria evidente que o preço mínimo não correspondia ao valor real. Entretanto, nem o próprio ministro das Comunicações acreditava num ágio nas proporções atingidas na Banda B de São



Com o mercado da China fechado, o Brasil torna-se a maior mina de ouro do setor de telefonia em todo o planeta. É um mercado em expansão, livre das restrições de países industrializados

de telecomunicações. Ao contrário, os países europeus unificaram e vêm fortalecendo as suas empresas nacionais – que, ironicamente, se apresentaram como compradoras da Telebrás. Na Alemanha, existe a Deutsche Telekom e na Inglaterra tem a British Telecom. A Itália possui a Itália Telecom e a França tem a France Telecom. Até mesmo os países que privatizaram totalmente suas empresas de telecomunicações (como Inglaterra e Espanha) asseguraram ao Estado o direito de intervir e até de vetar decisões estratégicas no setor.

Na contramão

A fragmentação proposta pelo governo brasileiro anda em sentido oposto ao que ocorre no mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, se assiste a uma veloz reconcentração das "Baby Bells" que resultaram da quebra, em 1984, do monopólio da AT&T. Mas há um detalhe ainda: ao privatizarem suas com-

continua na página seguinte

TELEBRÁS

...vendido como carne de segunda

continuação da página anterior

panhias telefônicas, os Estados Unidos encarregaram-se de estabelecer medidas protecionistas às suas empresas nacionais.

Competição, pero no mucho

Para defender a privatização da Telebrás, o governo tem levantado a bandeira da concorrência, que resultaria em melhores serviços a preços mais baixos. Quando existe, a concorrência é muito salutar. A experiência mostra que os preços para habilitação de telefonia fixa e celular baixam ou até desaparecem. Mas o consumidor terá que desembolsar valores mais altos para o pagamento da tarifa básica mensal.



Investidores estrangeiros estimam que em 2007 o Brasil será o quarto maior mercado do mundo, com negócios de US\$ 17,3 bilhões, perdendo apenas para os EUA, Japão e China

Embora traga resultados indiscutíveis em alguns setores, no caso da telefonia fixa, a concorrência não é exatamente a salvação da pátria. Assim como energia elétrica, água e esgoto, torna-se inviável que várias empresas instalem sua rede de operações para concorrer numa mesma área geográfica. No caso de telecomunicações, estamos falando de centrais telefônicas, fios e postes que teriam que disputar espaço e usuários num mesmo bairro ou mesma residência. Os custos seriam altos para colocar mais de uma rede, sem falar no caos técnico que isso resultaria. Somente nos casos de telefonia celular e de comunicação de dados pode haver mais de um fornecedor em vista da tecnologia diferenciada.

“Não haverá concorrência coisa nenhuma na telefonia fixa. Ninguém vai fazer de novo os investimentos que a Telebrás já fez, passar de novo um cano na frente da mesma porta. Está-se fazendo apenas uma mera transferência de um monopólio público para um privado, com consequências danosas para a sociedade”, declarou a *Carta Capital* (22/7) o ex-presidente da CRT. Portanto, quem ganhar a concessão vai explorar uma área em regime de monopólio. Isso é intrínseco à atividade exercida. É assim em qualquer lugar do mundo, embora o governo não se esforce para dizer isso nas milionárias campanhas em TVs, rádios e jornais.

As metas de universalização

É necessário destacar outro fator de perda face ao modelo de privatização estabelecido. A almejada universalização dos serviços de telefonia pode ficar prejudicada quando se fala em usuários não-rentáveis e zonas pouco promissoras. É evidente que em áreas de grande população, as operadoras tenham disponibilidade em oferecer serviços. A telefonia celular em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foi o alvo principal dos investidores. Colocar telefone na Amazônia, entretanto, não passa pela cabeça de quem está interessado somente em lucrar com seu negócio. A telefonia celular para a região Norte

não teve interessados. Quem pretende apenas ganhar dinheiro, quer a infra-estrutura já montada de telecomunicações e ambiciona os serviços lucrativos, como o celular, que é de baixo investimento, além de comunicação de dados, de telefonia de longa distância e os serviços corporativos para grandes grupos privados. Sendo assim, caberá aos Estado, ao município e à União, conforme a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), prover recursos para implantar telefonia nos locais que não tiverem interessados.

O papel da Anatel

Para monitorar a qualidade dos serviços de telefonia oferecidos pelas empresas, a partir da cisão da Telebrás, foi instituída a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Formalmente, a Anatel deveria atuar como um órgão regulador, fiscalizando o cumprimento das obrigações de universalização dos serviços de comunicação, no acompanhamento e fiscalização das políticas tecnológicas e industriais para o setor e na fiscalização tarifária e de qualidade dos serviços prestados pelas operadoras. Embora a LGT tenha determinado que 60 dias após sua promulgação o governo deveria ter enviado um projeto de lei complementar, criando o quadro de funcionário da Anatel, quase um ano após a promulgação da LGT isso ainda não ocorreu. Todo o pessoal à disposição da Anatel vem da Telebrás, do Ministério das Comunicações e de outras teles, cargos de confiança do governo. Sequer a vaga de ouvidor-geral da Anatel foi preenchida.

A Anatel prevê multa de até R\$ 40 milhões para as empresas privatizadas, mas só a partir de 1999 e quando houver “queda na qualidade dos serviços oferecidos”. Nos demais casos, a agência irá apenas “aplicar advertências administrativas sobre as empresas que descumprirem as obrigações previstas nos protocolos assinados pelas teles que compraram”. O presidente da Anatel, Renato Guerreiro, garantiu que, apesar dessa limitação, “a agência está preparada para garantir os direitos do consumidor, assim como as metas de atendimento e funcionamento estabelecidas”. Embora Guerreiro tenha afirmado que a Anatel contará com 600 fiscais, atualmente este quadro se resume a cerca de 140 profissionais, o que representa 38% da equipe de fiscalização prevista na sua estrutura. Segundo reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, apenas 50% dos 680 funcionários previstos terão identificação profissional para essa função. Os demais terão funções de apoio.

O quadro de agências reguladoras com fraca atuação se reproduz em outros países da América Latina. No caso da Argentina, para citar um exemplo, a entidade similar à Anatel sofreu intervenção do governo quando tentou fazer com que as operadoras cumprissem as metas estabelecidas na época da privatização. O país foi literalmente dividido ao meio por dois-consórcios (um é liderado pela Telefónica de Espanha e outro



17 milhões de brasileiros estão na fila por uma linha residencial e oito milhões aguardam por um celular. Em quatro anos, a situação deve se normalizar, diz o Governo

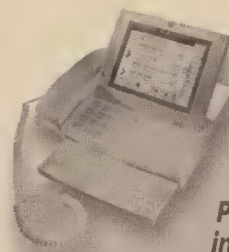
pela Telefónica Argentina) e ambos são monopolistas em suas áreas. No ano passado, a população realizou o “telefonaço” pelas ruas de Buenos Aires para reclamar das altas tarifas cobradas.

Concentração das grandes operadoras

Há uma tendência mundial de concentração de grandes empresas em setores da economia. Fusões de conglomerados frequentemente significam monopólios em determinados setores da economia. É assim na indústria de informática, na cinematográfica e nas telecomunicações.

Mas há limites. Recentemente, o governo federal e 20 estados norte-americanos abriram o que o *New York Times* chamou de processo antitruste “histórico” contra a Microsoft para “proteger o consumidor e a liberdade econômica do assalto predatório de um monopolista moderno”. Para quem não sabe, a Microsoft detém 90% do mercado mundial de softwares. A Standard Oil, há 90 anos, era responsável por 90% do petróleo distribuído no planeta. Por conta de um processo antitruste também “histórico” foi obrigada a se dividir.

No Brasil, uma empresa que já controla a maior rede de



Para a mídia, o PT é o inevitável perdedor na polêmica da Telebrás. Se o leilão não ocorresse, o governo culparia o partido. Se a privatização fosse um sucesso, o governo colheria os louros

televisão (com 77% da verba de publicidade da TV e 40% de tudo que se gasta em publicidade no país), o segundo maior jornal, além de revistas, editoras e rádios, e TV a cabo, poderá controlar grande parte do sistema de comunicação. Poderá controlar a TV aberta, a TV a cabo, o sistema DTH (TV paga com transmissão por parabólica), o telefone local, o telefone celular, a companhia de telefone interurbano, um satélite para transmissão de dados, som é vídeo.

Aqui, Bill Gates poderia fazer o que bem entendesse independente à grita de sindicalistas, políticos de esquerda e etc. E a Standard Oil teria continuado no como um conglomerado e abocanhado 100% do mercado, ditando preços como lhe conviesse. Nos EUA, Bill Gates, dono da Microsoft e homem mais rico do mundo (acumula uma fortuna pessoal de US\$ 51 bilhões, segundo a revista *Forbes*) conseguiu atrair a ira do Congresso, do governo e dos mais radicais liberais norte-americanos. Aqui seria um herói.

A privatização da Telebrás representa muito mais do que foi a privatização das teles na Rússia e no México, que foram gigantescas. Na Rússia, o ministro-vendedor das estatais foi destituído porque recebeu um presentinho de US\$ 700 mil da empresa que arrematou a maior telefônica estatal. Mas continua em liberdade. No México, foi diferente. O vendedor das estatais Raúl Salinas, irmão do ex-presidente, está atrás das grades. Aqui, não há notícia de que o ministro Mendonça de Barros irá receber um prêmio pela privatização da Telebrás. Mas, terminado o processo, Mendonça de Barros percebeu que merecia, ao menos, alguns dias na Europa. E viajou.

UNIVERSIDADE



Confronto acirra impasse na UFRJ

Tentativa de assumir à força o gabinete do campus da Praia Vermelha aumentou o movimento contrário à posse do reitor nomeado, José Henrique Vilhena

Ao tentar usar a força para assegurar sua permanência no campus da Praia Vermelha, o reitor nomeado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), José Henrique Vilhena, acabou fechando não só as portas do prédio onde fica o gabinete como também a própria saída para o impasse. Candidato menos votado da lista tríplice enviada ao presidente da República, Vilhena garante que não renuncia. Depois do episódio de 27 de julho, quando ele tentou usar escolta pessoal para tomar posse e foi expulso, professores, estudantes e funcionários da UFRJ chegaram à conclusão de que não irão deixá-lo assumir e sequer estudam uma alternativa.

As duas últimas assembléias da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (ADUFRJ) ratificaram os mesmos indicativos: a renúncia de Vilhena e a posse de Aloísio Teixeira (eleito com 42% dos votos contra 14% de Vilhena). "Não estamos discutindo uma terceira via", afirma o presidente da entidade, Roberto Leher.

Com o confronto da Praia Vermelha, boatos de alívio e de

preocupação tomaram conta da cidade universitária, cuja Reitoria está tomada por manifestantes contrários à "intervenção" desde o dia 8 de julho. A primeira versão é a esperada pela comunidade e diz respeito à possibilidade de o reitor renunciar e uma nova eleição ser convocada. Esta hipótese foi reforçada pela declaração do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que deixou a solução do caso para a comunidade da UFRJ. "A tentativa de Vilhena ocupar à força o gabinete tira a desenvoltura até de seus apoiadores", acredita Leher.

O fato de ter usado seguranças armados da empresa de vigilância Vigibrás para assumir a direção da Universidade reforçou a tese de que o reitor nomeado poderá apelar para a coerção a fim de se manter no poder. Ao mesmo tempo, a pouca autoridade acadêmica que ainda desfrutava entre a comunidade da UFRJ ruiu com essa atitude. Dos 47 diretores de unidade, apenas cinco estão do lado de Vilhena. "Sendo que estes falam por si e os demais representam suas congregações", observa o presidente da ADUFRJ.

Hélgio Trindade / Ex-reitor da Ufrgs

O equívoco do ministro

O ministro da Educação, Paulo Renato, em recente entrevista na edição dominical do *Jornal do Brasil*, ao analisar o impasse de governabilidade na UFRJ, comenta os processos de escolha de reitor nas universidades Federais e cita a Ufrgs como um exemplo das distorções desse processo.

Ao insinuar que todas as Universidades, antes da atual lei que impõe o peso de 75% aos docentes, regiam-se por formas paritárias de escolha, demonstra desconhecer a significativa variação das regras então seguidas pelas Universidades públicas federais e a tradição de sua instituição de origem e do seu secretário do Ensino Superior, professor Abílio Baeta Neves.

A Ufrgs, por decisão do próprio movimento docente, após plebiscito entre os professores da Universidade, sempre manteve em suas consultas informais para reitor o peso de 50% atribuído ao voto do corpo docente.

Nas três últimas escolhas de reitor, esta proporção foi rigorosamente respeitada pela comunidade universitária e Conselhos Superiores.

Na primeira delas, o primeiro colocado na lista sêxtupla, professor Alceu Ferrari, não foi, entretanto, nomeado pelo governo, e a designação unilateral do terceiro nome provocou uma crise muito semelhante a esta que se assiste atual-

mente na UFRJ, tendo o reitor renunciado antes de concluir a metade do mandato.

Na consulta da qual resultou a escolha do meu nome, em 1992, o governo nomeou o mais votado pela comunidade universitária, cujos resultados foram igualmente referendados pelos Conselhos Superiores.

A atual reitora, professora Wrana Panizzi, também a primeira colocada na eleição e na lista elaborada pelos Conselhos Superiores, nos termos da lei e dos estatutos da Ufrgs, foi nomeada pelo atual governo.

A lição que se pode extrair da experiência da Ufrgs é a de que a legitimidade acadêmica do reitor e a governabilidade político-administrativa da universidade pública repousam num complexo, mas indispensável acordo entre a vontade da comunidade interna e as decisões assumidas por qualquer governo.

Esta foi a orientação de muitos ministros da Educação, inclusive em pleno regime militar: apostar mais na sabedoria política, respeitando a manifestação da comunidade acadêmica, do que no confronto burocrático-legal.

E-mail: helgio@nuteqnet.com.br

Publicado no Correio do Povo em 24/7/98

Paulo Renato Souza fala demais e revolta docentes aposentados

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, parece estar se especializando na falta de controle e polidez para com os membros da comunidade universitária brasileira. Depois de fazer um infeliz discurso de improviso durante a inauguração do novo prédio da Faculdade de Medicina, o ministro deu uma entrevista à revista *Época* onde bateu de frente nos aposentados: "A saída desses professores acabou melhorando a universidade. (...) Não quero generalizar, mas quem está se aposentando são esses velhos que não valiam nada." (sic)

Declaração como essa não poderia passar em branco, uma vez que a maioria das pessoas que estão deixando a universidade para se aposentar não estão fazendo isso voluntariamente. É quase unânime. Todos os administradores da área de Recursos Humanos das universidades públicas afirmam que o grande número de aposentadorias, de 1990 para cá, tem como causa a insegurança e a falta de informação originada pela Reforma da Previdência.

Para marcar posição e criticar essa atitude preconceituosa, a Adufrgs redigiu uma carta que foi encaminhada no final do mês de julho ao ministro da Educação. "Essa afirmação revela bem a filosofia liberal do governo, que utiliza as pessoas enquanto pode e depois as joga no ostracismo", afirma o coordenador do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria da Adufrgs, Lúcio Hagemann. Nos próximos dias, os 1,2 mil aposentados associados à entidade estarão recebendo em casa uma cópia da entrevista para tirar suas próprias conclusões. "Esperamos que todos protestem individualmente ao ministro, enviando telegramas ao MEC", conclama o professor.



Paulo Renato Souza considerou boa para a universidade a saída dos "velhos que não valiam nada"

GREVE 98

Uma vitória para o futuro

Ninguém gosta de fazer greve, dizem em coro os avalistas de uma paralisação que irá entrar para a história das universidades federais. Desta vez, não pareceu. Por motivos variados, professores, funcionários e estudantes das instituições federais de ensino superior (Ifes) deixaram de lado suas necessidades imediatas para brigar por suas necessidades futuras, que estão contidas na defesa da universidade pública. Durante boa parte dos 104 longos dias (77 dias na Ufrgs), a comunidade universitária esteve unida. Melhor ainda: recebeu apoio da sociedade e foi ouvida pela imprensa enquanto defendeu uma instituição ameaçada de extinção, com patrimônio sucateado e salários defasados. "Foi uma greve diferente das outras", avalia a vice-presidente da Associação Profissional dos Docentes da Universidade Federal de Minas Gerais (Apubh), Otávia Fernandes Rodrigues. Diferente pelo tempo de duração, pelas conquistas, pelo renascimento do movimento docente, pelos dilemas. Na avaliação dos principais protagonistas da greve de 1998, o movimento caminhou para a frente. Organizou passeatas, realizou assembléias, distribuiu panfletos. Falou e se fez ouvir. Com esta vitória, os docentes do ensino superior se tornaram os únicos funcionários públicos federais a arrancar alguma coisa do governo Fernando Henrique Cardoso. E foi só.

Os louros serão colhidos no futuro, aguardam em bloco os analistas que tiraram da greve uma polêmica conquista salarial. Avanços a curto prazo foram poucos. Pelo aspecto econômico, os ganhos foram pequenos, admitem os professores. Com uma pauta de reivindicações inicial que exigia, entre outras coisas, um reajuste linear de 48%, os docentes tiveram de se contentar com uma gratificação baseada na quantidade de aulas e atrelada a uma avaliação cujos critérios ainda não foram estabelecidos. "Os professores engoliram um projeto muito semelhante ao PID (programa de bolsas que também valorizava a docência e foi derrubado no Congresso Nacional). Somente o governo saiu fortalecido desta greve", enxerga um dos membros do Comando Local de Greve (CLG) da Ufrgs, Maria Assunta Campilongo.

Em seu comunicado de nº 71, o Comando Nacional de Greve (CNG) avaliou que as vitórias desta greve "não decorrem de supostos ganhos salariais referentes a nossa pauta de reivindicações, e sim, da lição de cidadania que milhares de participantes do movimento docente souberam dar à sociedade brasileira". A história teria sido outra se mestres e doutores saíssem da greve de mãos abanando. Bem ou mal, os professores de 3º grau foram a única categoria de servidores públicos federais que alcançou algum ganho financeiro fazen-

do greve no governo Fernando Henrique Cardoso.

Vítimas do processo

Os esquecidos pelas conquistas econômicas talvez concordem. Aposentados e pensionistas receberão 60% da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e professores de 1º e 2º graus nem foram contemplados pelo projeto de lei, apesar de terem se mobilizado tanto quanto seus colegas. "Eu preferia ter ficado sem a aprovação deste projeto", acredita o presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (Sedufsm), Jadir Camargo Lemos.

Para os servidores técnico-administrativos, sobram mais prejuízos do que lucros. Eles terão de se contentar com a compensação do reajuste de 28,86%, dado aos militares em 1993, paga em suaves prestações durante sete anos. Muitos irão receber apenas 12% de aumento real. "Apesar dos baixos salários e das pequenas conquistas atuais, o governo subestimou e teve de respeitar o peso da mobilização da comunidade acadêmica, recuando várias vezes", pondera o coordenador do Centro Interdisciplinar de Pesquisa para o Desenvolvimento do Ensino Superior (Cipedes) e ex-reitor da Ufrgs, Héglio Trindade.

Com uma vitória institucional que "reanimou a luta de base" - conforme analisou o CNG -, a comunidade universitária está buscando maneiras de

manter a credibilidade que conquistou ao longo da greve. "As pessoas começaram a pensar além de suas carreiras e entenderam que precisam ter uma boa universidade para ter uma boa formação", considera a reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi. "Nós nos demos conta do sucateamento material e humano com que convivemos", declara uma professora que participou do CLG da Ufrgs, Clary Sapiro. Para materializar as vitórias desta mobilização, foi criado o Fórum em Defesa da Universidade Pública, responsável pela organização do debate dentro e fora das Ifes.

Agenda

Se sair de uma greve é mais difícil do que entrar, formar uma agenda para manter a luta em defesa das Ifes se mostra uma tarefa multifacetada. O futuro da universidade pública passa pela revisão da carreira de técnicos-administrativos e professores, pela aprovação de um projeto de autonomia, pela abertura de concursos, pela criação de um sistema de avaliação justo e rigoroso, pela definição da questão salarial, que não foi completamente atendida, e pela privatização. Até aí todos concordam. As diferenças surgem quando as propostas se apresentam. "Nós temos um projeto de universidade da época da ditadura e não tenho certeza se quero mantê-lo", afirma o membro do CLG da Ufrgs, Rubens Weyne. "Precisamos mudar algumas coisas internamente. A universidade não será mais a mesma", acredita Wrana Panizzi.

Para o presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt, a greve proporcionou um acúmulo de organização e debate que permite avançar na discussão sobre a universidade pública. "A universidade tem que continuar plural sendo que a oposição mais eficaz que se pode fazer é estabelecer um projeto que ultrapasse o modelo de universidade existente", acredita Schmidt. Neste momento, entra em cena o famoso projeto de autonomia universitária, que só existe na cabeça do governo. "Temos que canalizar essa mobilização para produzir, através do debate intra e extra-muros com a participação de especialistas, a proposta de um novo modelo de Universidade Pública adaptado às exigências da sociedade brasileira", avalia Héglio Trindade. Poucos são os que sabem que cara terá este modelo.

Para o presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt, a greve proporcionou um acúmulo de organização e debate que permite avançar na discussão sobre a universidade pública. "A universidade tem que continuar plural sendo que a oposição mais eficaz que se pode fazer é estabelecer um projeto que ultrapasse o modelo de universidade existente", acredita Schmidt. Neste momento, entra em cena o famoso projeto de autonomia universitária, que só existe na cabeça do governo. "Temos que canalizar essa mobilização para produzir, através do debate intra e extra-muros com a participação de especialistas, a proposta de um novo modelo de Universidade Pública adaptado às exigências da sociedade brasileira", avalia Héglio Trindade. Poucos são os que sabem que cara terá este modelo.



Fotos de Fabricia Osanai

Confronto político enfraqueceu o movimento

Traição, autoritarismo, democratismo, sobreposição de poderes, demagogia. Qualificar o perfil da intervenção que desencadeou o fim da greve dos professores universitários federais ganhou conotação de um caos às bruxas de duas mãos. Pelas páginas dos jornais, nas assembléias e nos próprios comunicados de greve, o Comando Nacional de Greve (CNG) denunciou que o novo presidente do Sindicato Nacional das Associações de Docentes do Ensino Superior (Andes/SN), Renato de Oliveira, havia destituído a tradicional esfera de deliberação do sindicato e feito um acordo com o presidente do Senado sem consultar o movimento. Também pela imprensa e por notas oficiais, a diretoria do sindicato acusou o CNG de haver desautorizado o presidente e argumentou que a pressão da Lei Eleitoral tornou difícil qualquer tipo de consulta.

Os dois lados em disputa pela Andes preferiram colocar a negociação salarial em segundo plano e partiram para o confronto no momento mais delicado da greve. Com autonomia garantida em estatuto para negociar acordos e dissídios coletivos, Renato de Oliveira assinou um acordo com o senador An-

tônio Carlos Magalhães e outro com o MEC sem pedir autorização ao CNG. "O que me levou a não consultá-lo foi o fato de que na noite anterior o Comando distribuiu uma nota na Câmara Federal desautorizando o professor Renato de Oliveira a representar o Comando, a falar em nome do comando e negociar a pauta da greve. Quando nós tomamos conhecimento dessa nota convocamos uma reunião do CNG e dissemos o óbvio: 'O comando não é uma instância prevista no estatuto, o comando materializa uma tradição democrática do movimento docente, de convívio com a diretoria em períodos de greve'", explica o presidente da Andes.

Para os membros do Comando, o ocorrido foi encarado como abuso de autoridade. "A Diretoria afirma reconhecer que o CNG tem sido uma prática dentro do sindicato, identificando-o com as tradições democráticas do Movimento Docente. Entretanto, a essa construção legítima contrapõe uma leitura legalista do estatuto, numa visão burocrática e centralizadora", analisa o CNG em seu comunicado nº 71. "Pela primeira vez na história houve uma diretoria que passou por cima do comando de greve", constata a representante do Comando Local

de Greve da Adufrgs, Maria Assunta Campilongo.

Em meio à transição da diretoria do sindicato nacional, o movimento docente teve de assistir a uma queda-de-braço entre os líderes que estavam tomando posse e os que precisavam deixar a entidade depois de pelo menos 12 anos no comando. Situação politicamente complexa que acabou extrapolando a instância da Andes e exibindo o lado mais mesquinho da greve. O racha impediu que se conquistasse mais? - é a pergunta que todos se fazem.

Provavelmente, sim. Com uma categoria coesa, o governo teria de abrir concessões a mais reivindicações dos grevistas. Aproveitando a cisão, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, encaminhou o projeto de lei com a rede, ao que bem entendeu. Contrariou boa parte da categoria, principalmente os aposentados e professores de 1º e 2º graus. "É obviamente incorreto considerar como reajuste de salário uma gratificação revogável e variável no tempo", julgou o CNG em seu texto. "Os professores que não são militantes acreditam que houve ganho", afirma a vice-presidente da Apubh, Otávia Fernandes Rodrigues.

QUEM GANHOU E QUEM PERDEU

Como os personagens saíram da mobilização

RENATO DE OLIVEIRA - Três dias depois de ser empossado como presidente do Andes, o ex-presidente da Adufrgs suspendeu a reunião do Comando Nacional de Greve, numa atitude considerada arbitrária pelos membros do CNG. No dia seguinte, negociou com o presidente do Senado um acordo onde se comprometeu a lutar pelo fim da greve se a GED fosse aprovada. Ao mesmo tempo em que saiu chamuscado politicamente por ter atropelado as tradições do movimento, é visto como o presidente que poderá colocar fim ao radicalismo que havia condenado a entidade ao ostracismo. **Empatou**

PAULO RENATO SOUZA - O ministro da Educação entrou na greve dando demonstrações de força - como o corte dos salários de maio - mas teve de voltar atrás, acuado pelo poder de fogo da mobilização. Viu a proposta do PID ser rejeitada pelo Congresso, perdeu força política e chegou a ser afrontado pelo PFL, que sonha em soterrar sua hegemonia dentro do PSDB e do MEC. Foi salvo pela aprovação da GED. **Ganhou**

ABÍLIO BAETA NEVES - À frente da Secretaria de Ensino Superior do MEC, agiu como um porta-voz despreparado do governo. Em entrevistas, usava um exercício de retórica para afirmar que as universidades não estavam sucateadas. Defendeu posições desmentidas pelo próprio ministro, que teve de assumir pessoalmente as negociações. **Perdeu**

WRANA PANIZZI - Soube representar a Ufrgs em manifestações políticas e negociações. Deu total liberdade aos grevistas. Reconheceu como justa as pautas de reivindicações de alunos, funcionários e professores. Não tentou agir como interventora do MEC, mas também não adiantou os salários para realizar o pagamento

de maio. Viajou diversas vezes a Brasília para fazer pressão junto aos parlamentares em defesa da Universidade Pública. **Ganhou**

JOSÉ IVONILDO DO REGO - Em um primeiro momento, o presidente da Andes colocou a entidade a serviço do bom senso, fazendo com que os reitores intermediassem a negociação dos professores grevistas com o MEC. Foi omissivo quando o Ministério ameaçou com o corte dos salários. Quando a possibilidade de acordo parecia ter empacado apresentou uma nova proposta, que acabou sendo o esboço do projeto de Lei que criou a Gratificação de Estímulo à Docência. **Ganhou**

MARIA CRISTINA MORAIS - A ex-presidente da Andes não soube conduzir o processo de transição. Trocou farpas pelos jornais com a diretoria que iria assumir, tornando público o racha que dividiu o movimento no momento de maior tensão. **Perdeu**

ESTUDANTES - Deram o peso da participação ao movimento. Marcaram forte presença em reuniões, assembléias e manifestações. Apresentaram uma pauta própria de reivindicações. Ao lado dos funcionários, protagonizaram momentos de radicalismo como no dia em que invadiram prédios das Delegacias do MEC. **Ganharam**

FUNCIONÁRIOS - Foram as maiores vítimas do movimento. Mostraram solidariedade aos professores se incorporando à greve com atraso. Apresentaram uma pauta complexa, que incluía alterações no plano de carreira. Na Ufrgs, passaram necessidades com o corte dos salários. Foram esquecidos pelos professores e também pelo governo. Receberam apenas a compensação dos 28,86% concedida aos militares em 1993. **Perderam**

DURANTE 77 DIAS, PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DA UFRGS DEIXARAM DE LADO SUAS NECESSIDADES IMEDIATAS PARA LUTAR PELO FUTURO DA PRÓPRIA UNIVERSIDADE, AMEAÇADA DE EXTINÇÃO

ABRIL

22 Professores da Ufrgs decidem paralisar atividades.

27 Comunidade universitária da Ufrgs realiza uma assembléia histórica no Salão de Ato com 2,5 mil pessoas. O Andes registra 42 de 52 Ifes em greve, incluindo

todas as quatro universidades federais gaúchas.

30 Professores da Ufrgs decidem em assembléia rejeitar a nova versão do PID apresentada pelo governo.

MAIO
4 O secretário executivo do MEC, Luciano Oliva Patrício, assina um ofício

comunicando aos reitores o corte nos pagamentos referentes ao mês de maio e a suspensão dos vales-transporte para professores e servidores.

12 Alunos da Ufrgs declaram greve independente dos demais setores, em assembléia que reuniu



Maio, 12: assembléia

mais de 1,5 mil estudantes no auditório Araújo Viana. Paulo Renato recebe o CNG e concorda em implantar uma mesa de discussão das reivindicações e das mudanças do PID.

12-13 Eleições da nova gestão do Andes/SN. O Ação Direta nº 10, de 19 de maio, noticia a vitória

da Chapa 2, liderada pelo presidente da Adufrgs, Renato de Oliveira.

13 Congresso Nacional derruba o PID.

24 MEC publica nos jornais nota afirmando que a greve dos servidores terminaria no dia 27, provocando um retrocesso nas

negociações e revolta nos grevistas.

25 Procuradoria da República envia ao MEC um ofício exigindo o pagamento dos funcionários das universidades em 10 dias.

JUNHO
3 MEC inclui professores sem pós-graduação na proposta a ser



Junho, 26: posse

encaminhada ao Congresso.

8 Professores aprovam em assembléia o reajuste diferenciado, valorizando a titulação e a dedicação exclusiva, além de contemplar docentes de 1º e 2º graus e inativos.

9 O CNG protocola no MEC a contraproposta de reajuste diferenciado

aprovada pelas assembléias docentes.

14 Votação simbólica realizada no Brique da Redenção comprova o apoio da sociedade à causa universitária.

15 Quinze professores iniciam greve de fome em Brasília.

16 Estudantes ocupam o prédio da Demec. Após



Julho, 6: fim de greve

10 horas de negociações, os estudantes deixam o local.

24 Apesar de já estar marcada, a votação da GED é adiada pela mesa da Câmara dos Deputados por não existir consenso sobre o sistema de avaliação.

26 Toma posse a nova diretoria da Andes no

XXXVI Conselho Nacional de Associações Docentes (Conad). Termina a greve de fome em Brasília.

30 Câmara Federal vota o projeto de gratificações aos docentes das universidades federais.

JULHO
1 Senado Federal aprova a GED, conservando o texto original proposto

pelo governo.

2 A assembléia geral dos professores aprova o indicativo de saída da greve para o dia 7.

6 Docentes decidem em assembléia voltar às aulas no dia 8, contrariando o encaminhamento do CNG, que previa uma saída unificada no dia 13.

GREVE 98

Adverso – Como foi o encaminhamento do processo de greve pela diretoria que estava assumindo?

Renato – A transição foi a pior possível. Qual é a prática em qualquer país civilizado do mundo? Sempre que há uma eleição para um cargo executivo e há um prazo entre o resultado da eleição e a posse, quem está saindo chama os eleitos para compartilhar as coisas. O que nós esperávamos? Que saindo o resultado da eleição, a nova diretoria fosse convidada pela diretoria que ia sair para compartilhar a direção do comando. A partir do momento que nós ganhamos a eleição fomos obrigados a ficar quietos, a fazer um voto de silêncio. Isso foi um negócio intolerável. Antes, nós éramos acusados de divisionistas do movimento por termos nos organizado enquanto oposição. A partir do resultado da eleição nós fomos culpados por termos ganhado a eleição. Culpados de sermos vitoriosos. Eu nunca vi isso em lugar nenhum do mundo.

Adverso – No início da greve, existia uma pauta com três pontos de reivindicação. Quais foram os resultados dessa mobilização?

Renato – A greve tinha três pontos essenciais: um reajuste emergencial de salários, a rejeição ao PID e o reconhecimento de cerca de seis mil vagas docentes com abertura de concurso. Esses três pontos foram os que levaram à greve. O PID foi derrotado, houve o reconhecimento de cerca de metade dessas vagas, embora a questão dos concursos não tenha sido definida, e houve um reajuste salarial emergencial. Acho que isto ainda vai ser entendido. Houve um reajuste salarial emergencial baixo, valores irrisórios, não há dúvida. Houve um reajuste emergencial na faixa de 60% da última reivindicação do CNG. E houve algo com o qual não contávamos e foi o preço que tivemos de pagar por esse reajuste: a adoção de um sistema de avaliação docente, com a garantia de que nós vamos negociar esse sistema que será adotado, e sobre o qual vai incidir um sistema de gratificações. Então, não dá pra dizer que nós saímos a zero.

Adverso – No que o MEC concedeu, o que não agradou a diretoria da Andes?

Renato – O que não agradou foi a não garantia, ou seja, o fato de que mais de três mil vagas continuam abertas e não reconhecidas pelo governo. Não há nenhuma definição precisa com relação aos concursos, o reajuste salarial foi muito baixo, não se incluiu professores de 1º e 2º graus. Isso é o que não agradou a nova diretoria.

Adverso – Por que o senhor acha que muitas lideranças declararam à imprensa que era melhor ter saído dessa greve sem nada do que com a gratificação?

Renato – Do meu ponto de vista, esta é uma perspectiva completamente equivocada. Eu acho que liderança sindical nenhuma pode se dar ao luxo de privar a categoria que ela representa de um ganho efetivo que esteja sendo oferecido pelo patrão. Em segundo lugar, eu acho que o que está contido no projeto com respeito à avaliação não compromete o caráter da universidade. Acho que é um equívoco dizer que esta avaliação é produtivista, primeiro que o conceito de produtivismo é um conceito equivocado. Porque se tu vais avaliar o trabalho de um professor, ou de qualquer pessoa, tu vais avaliar quanto ele faz e a qualidade do que ele faz, portanto, vais avaliar a produção do cara. É evidente que o quê nós vamos exigir é que esta avaliação da produtividade do professor, ou seja, do seu desempenho, seja comparada à uma relação da instituição em que ele trabalha. Porque tu não pode avaliar um cara da Universidade Federal do Amapá com padrões da Ufrgs ou da UFRJ. Tu tens que levar em conta a instituição e a avaliação tem que mostrar inclusive os gargalos da instituição para serem corrigidos.

Adverso – No fundo, o senhor acha que o professor das federais tem medo de ser enquadrado em uma proposta mais rigorosa de avaliação?

Renato – Não. Acho que há um setor da direção do movimento docente cuja razão ideológica impede que eles avaliem corretamente os problemas que existem hoje na universidade, entre os quais, a necessidade de uma avaliação

Sem papas na língua

A queda-de-braço entre a atual e a antiga diretoria da Andes promete continuar como um dos eixos polêmicos do movimento. Na conclusão da entrevista de duas horas e meia, Renato de Oliveira expõe sua visão sobre os erros dos opositores

docente. Não descarto a hipótese que exista um professor universitário que tenha medo de ser avaliado. Mas esta não é a razão principal.

Adverso – A rejeição a esse sistema não é pela falta de produtividade?

Renato – Não. O padrão de produtividade de uma universidade federal como a Ufrgs, ou como a federal do Rio de Janeiro, ou a UNB, ou como essas universidades com maior índice de qualificação do corpo docente, não está abaixo dos padrões internacionais. Onde ele está abaixo, eu aposto que tu consegues ver diretamente a relação com a infra-estrutura material da universidade. A Ufrgs, com mais ou menos 2,2 mil professores ativos e cerca de 20 mil estudantes entre graduação e pós-graduação, tem uma biblioteca que não chega a 400 mil exemplares. Na Universidade da Carolina do Sul, que é uma universidade de porte semelhante ao da Ufrgs, o acervo bibliográfico é de quase quatro milhões de exemplares. Sem contar com a facilidade de acesso à biblioteca. Então, o que um professor da Ufrgs produz a menos que um professor da Carolina do Sul tem que ser relacionado com esse equipamento. Nós não temos medo de ser avaliados, desde que se coloque o dedo na ferida e diga claramente onde está o problema.

Adverso – A greve tinha força para ir além?

Renato – Acho que tinha. Se ela fosse melhor conduzida ela teria força, eu não tenho dúvidas. Por coisas elementares. Por exemplo, no programa Fogo Cruzado, ao qual compareceu o Pinguelli (Luiz Pinguelli Rosa, vice-diretor da Coppe da UFRJ), o Gianotti (José Arthur Gianotti, ex-membro do Conselho Nacional de Educação) e o Abílio (Abílio Baeta Neves, secretário de Ensino Superior do MEC), não tinha ninguém da Andes. Isso não é porque a mídia é burguesa. É porque a diretoria da Andes não tinha a menor expressão junto à mídia. No final da greve, a frente parlamentar mostrou que teve a capacidade de constranger o governo, de abrir negociações, etc. Só que a frente parlamentar arranhou um dilema muito grande porque queria negociar mas não sabia o quê. O movimento jamais colocou claramente o que era negociável...

Adverso – Dos professores que elegeram Renato de Oliveira, muitos se dizem traídos pela atual diretoria. O que eles podem esperar daqui pra frente?

Renato – Eles podem esperar uma gestão que vai lutar pelos direitos dos professores, incluindo salário, que vai lutar pela universidade pública e gratuita e nessa luta vai brigar pela Autonomia Universitária. Implicando na questão da Autonomia Universitária o financiamento público, o controle público da universidade, mudança no estatuto jurídico da universidade, para acabar com a tutela jurídica do Estado sobre a universidade e um sistema de avaliação

institucional da universidade. Enfim, uma entidade que vá fazer política, vá transformar a universidade num pólo de debate político dentro da sociedade. E também uma diretoria que vai democratizar os mecanismos internos de decisão da Andes. Acho que os que votaram na Chapa 2 e que hoje estão descontentes com a atitude que tomamos porque eles pensavam que era melhor nada do que o que foi obtido. Aí realmente há uma divergência, não há como negar. Agora, acho que muita gente sucumbiu ao conjunto de desinformação que foi patrocinado pela diretoria anterior.

Adverso – O senhor acha que esta guerrilha de informação vai continuar?

Renato – Algumas medidas que iremos tomar vão mostrar que o debate tem certos limites. Quer dizer, calúnia, injúria e difamação não vale. Eles têm todo o direito de supor que nós somos associados ao governo, de pensar que a nossa oposição é uma oposição aliada ao governo, é uma questão de interpretação deles. Agora, não têm direito de, com base nessa suposição, achar que nós estamos negociando com o governo paralelamente, por fora, nos bastidores. Isto eles têm o direito de supor e não de afirmar.

Adverso – Os eleitores podem esperar também atitudes consideradas autoritárias e centralizadoras como aconteceram?

Renato – Mas eu não achei que houve nenhuma atitude autoritária nem centralizadora.

Adverso – Com certeza o senhor não, mas várias pessoas falaram. Eles podem esperar mais algum rompante em momentos de crise?

Renato – Mas não houve rompante. Houve um momento em que a direção do sindicato assumiu a sua responsabilidade de direção do sindicato.

Adverso – Responsabilidade ou autoridade?

Renato – A autoridade que ela tem, que é conferida pelo estatuto, pela eleição, pela vitória na eleição. Ela usou esta responsabilidade e vai responder frente à categoria.

Adverso – O que saiu nos jornais deu a entender que o presidente da Andes não tinha autoridade para fazer o que fez. Depois, o jornalista Elio Gaspari escreveu um artigo considerando que o comando é que não tinha legitimidade porque não existia.

Renato – Eu acho que isso é uma distorção. Então para que ter um presidente de entidade?

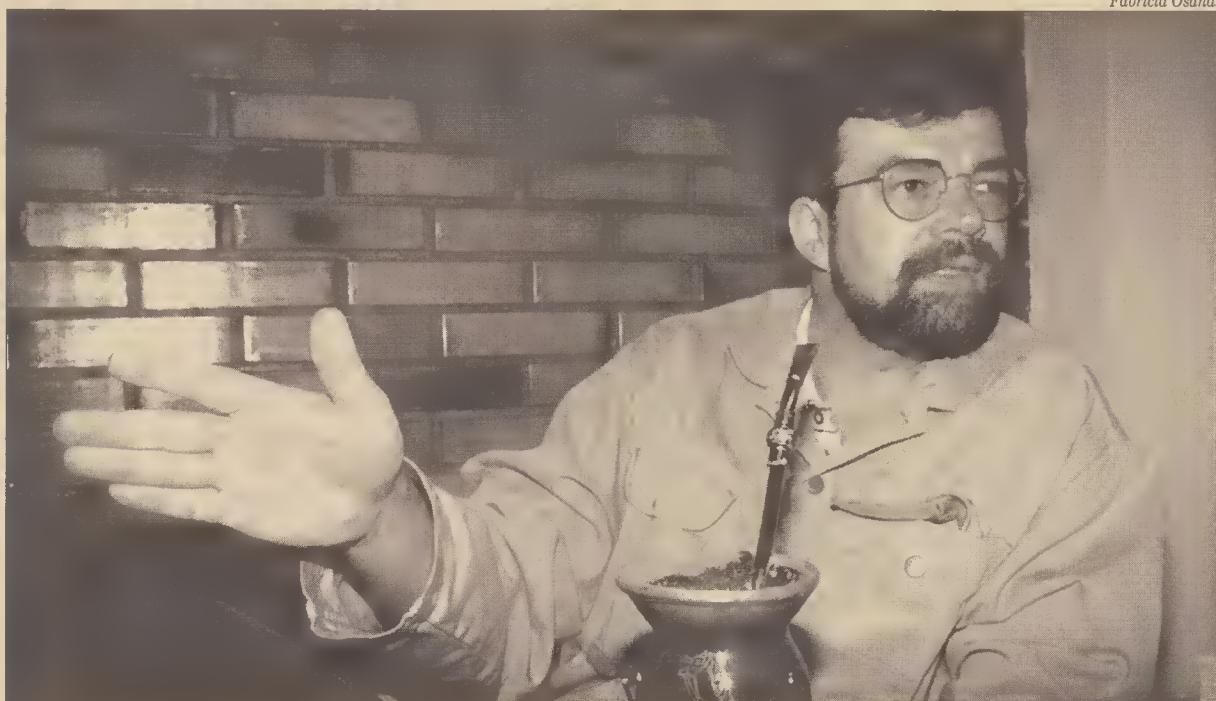
Adverso – O CNG não estaria acima, como um conselho superior?

Renato – Não. Mas esse comando não existe no estatuto da Andes. Ele é uma prática democrática, vamos dizer assim. Ele não destitui a diretoria das suas funções.

Adverso – Este é um problema ético?

Renato – O presidente da Andes tem o dever e respons-

Fabrícia Osanai



Renato: Um professor, há três meses dando aula, não pode representar uma Universidade

abilidade de representar o movimento e responder pelos interesses dos professores. É ao presidente que cabe negociar, assinar dissídios e milhares de outras coisas.

Adverso - E se um Congresso votar um dispositivo que crie oficialmente o comando de greve?

Renato - Mas aí é uma questão de disputa interna dentro do movimento. E eu duvido que eles tenham maioria para fazer isso. Honestamente, duvido. Porque não tenho dúvida que a maioria dos professores está do nosso lado, da medida que foi tomada. Agora, é óbvio que existe uma minoria mais ativa... Esse comando precisa ser avaliado. Isto, por si só, não tira a legitimidade do comando, o que tira a legitimidade foram as atitudes que eles tomaram. Mas, por exemplo, acho que um professor que tem três meses de universidade, dirigir uma greve nacional de professores é um negócio complicado.

Adverso - Isso aconteceu?

Renato - Tinha dois lá, durante muito tempo. Três meses de universidade chamando a diretoria de pelega. Tinha uma professora, por razões muito especiais, que cada vez que ela abria a boca para falar, percebia-se que aquela senhora não tinha a menor identidade com a universidade tal como nós a concebemos. Esse comando revelou uma série de problemas, o próprio funcionamento. De repente, vai um professor para fazer parte do comando e fica dois meses ininterruptamente no CNG. Bom, então tu tem que questionar um pouco o que esse pessoal faz na sua vida. Essa disponibilidade imensa. Têm coisas que precisam ser melhor pensadas. Até a questão dos critérios que são usados por uma assembléia, pelos presentes a uma assembléia, para escolher um representante para o CNG. Isso precisa ser revisto. Sem questionar o valor militante dos professores mais jovens, acho que um professor com três meses de universidade teria que ter um pouco mais de humildade antes de assumir um papel no CNG.

Adverso - Uma das críticas feitas pelo senhor à diretoria que saiu era de que ela colaborou para que a universidade se distanciasse do sindicato. Como reaproximar o professor de sua entidade?

Renato - Nós vamos começar a tratar de algumas questões que interessam aos professores, por exemplo, a questão da universidade. Começar a tratar disso como uma questão política. Vou dar um exemplo para mostrar como a diretoria anterior tratava essas questões. Quando nós assumimos, no segundo dia, descobrimos por acaso um ofício do secretário-geral da UNESCO dirigido à Andes, datado de 3 de junho, reclamando que até então não havia nenhuma resposta da Andes ao convite que lhe fora formulado para participar com dois representantes num congresso internacional sobre ensino superior que a UNESCO vai promover

de 5 a 9 de outubro, em Paris, e dando um novo prazo, até 15 de junho, para que se respondesse. Eles só não responderam como sequer comunicaram à futura diretoria que havia este tipo de iniciativa. Porque eles não têm a menor idéia, não sabem mais discutir universidade. Universidade, para eles, deixou de ser preocupação. Se um congresso internacional, promovido pela UNESCO, que é a instituição que se opõe às famosas teses do Banco Mundial sobre ensino superior, não interessa à Andes, então a Andes vai se interessar pelo quê? Nós vamos começar a discutir seriamente a questão do financiamento público. Vamos parar de dizer que a Andes reivindica 12% do PIB para as universidades federais, que é o que está escrito no caderno 2 da Andes. Não existe esse dinheiro, o governo nem arrecada tanto. Quase U\$ 100 bilhões por ano é o que é reivindicado oficialmente pela Andes. Vamos rever isso. Vamos tratar a questão da universidade no Congresso Nacional de forma séria. Vamos contratar uma assessoria parlamentar profissional para começar a trabalhar seriamente no Congresso.

Adverso - Um lobby institucional?

Renato - É um lobby no bom sentido. Vamos parar de nos relacionar com Congresso como eles se relacionavam. Para eles, fazer trabalho parlamentar é ir lá e conchavar com o PT e o PC do B, ou fazer corredor polonês quando o deputado desce do avião no aeroporto. Nós vamos participar do Conselho Nacional de Educação que era boicotado pela Andes. Tem deliberação de Congresso de que a Andes deve ocupar os espaços institucionais. Vamos levar o debate sobre ciência e tecnologia mas não nesses moldes meio acadêmicos. Vamos chamar as pessoas às quais interessa a produção nacional de Ciência e Tecnologia. Por exemplo, pequenos e médios empresários. Eles sempre se enforcam cada vez que precisam comprar um pacote tecnológico. Vamos começar a discutir o papel da universidade para este tipo de setor da economia. Isto mobiliza setores muito específicos da universidade, que nem sabem que existe a Andes: as áreas de engenharia. É este tipo de interface que nós temos que fazer. Vamos fazer com que a universidade seja o meio de campo entre o mundo da ciência e o mundo do trabalho, de uma forma concreta, orgânica, que seja natural, não seja uma coisa artificial.

Adverso - Com isto a Andes pode reverter a intenção do governo de privatizar a universidade ou isso já é dado? Não apenas a privatização, mas a questão de se dividir as universidades em centros de pesquisa, ensino e a própria autonomia capenga como algumas pessoas chamam...

Renato - O ministro deu uma entrevista no jornal *O Dia*, de maior circulação no Rio de Janeiro. Ele diz que a

vitória da oposição na eleição para Andes ajudou ele a rever as suas idéias sobre a universidade federal. Ele disse isso; fez uma autocrítica do papel dele na greve e reconhece que não entendia a complexidade do problema das universidades no início do ano. A universidade federal é um negócio que precisa ser melhor conhecido. Se ele está sendo sincero, acho que talvez tenhamos novidades a respeito da ameaça de privatização, de sucateamento, de "paulistização" da universidade. A universidade já apanhou tanto que todo mundo diz que só o fato de falar isso já levanta suspeitas de adesão. Mas nós temos que trabalhar com este governo, vamos torcer para que na eleição saia outro, que saiba se relacionar com a universidade. O outro candidato já andou dizendo bobagem a respeito do crédito educativo, mas vamos torcer que saia outro na eleição. Independentemente do governo que sair, nós vamos ter que tratar com o governo. A diretoria anterior fazia de conta que não existia governo. No fundo, eles acham que nós vivemos um parênteses na vida política brasileira, que só trará o país para a realidade quando...

Adverso - O Lula assumir o governo?...

Renato - Quando não sei quem assumir o governo. Eu discordo disso.

Adverso - Vocês pretendem mexer na estrutura representativa da Andes?

Renato - Não. Isso ainda é prematuro fazer. A minha posição pessoal, e eu sempre defendi isso, é que a diretoria é uma diretoria hipertrofiada, mas isso não está na pauta imediata. Nós pretendemos fazer uma reforma administrativa na entidade, isto sim, uma reforma que permita maior agilidade, maior operacionalidade. A sede da Andes é um negócio horroroso. Do ponto de vista de apoio material a sede da Adufrgs é um palacete perto da sede da Andes. A questão dos escritórios regionais precisa ser revista. A Andes tem nove escritórios regionais. Dos nove, sete têm sede alugada, estão fora das universidades. Um deles é uma casa, se não me engano, em Belo Horizonte. Tudo é a Andes que banca.

Adverso - O presidente ganha salário?

Renato - Não. Ganha uma portentosa diária de R\$ 55.

Adverso - A presidente anterior se desvinculou dos seus afazeres na universidade. O senho fará o mesmo?

Renato - Eu vou manter as aulas na Ufrgs. É claro que a atividade acadêmica fica prejudicada, agora eu acho que um programa de trabalho como o que nós temos é um programa que tem relevância acadêmica. Por que a diretoria anterior perdeu o contato com a universidade? Porque no relacionamento dela com a CUT, a grande questão era o sindicato orgânico. Isso era o tema que envolvia eles 24 horas por dia. Honestamente, nem sei o que é isso. E isso não me atrapalha na relação com a CUT. A grande questão que nós vamos ter com a CUT é a questão da Universidade pública e como levar o debate da universidade para dentro da CUT.

Adverso - Qual seria o resultado ideal da sua gestão?

Renato - Seria se daqui um ano e pouco, nós tivéssemos um anteprojeto de uma lei orgânica da universidade, previamente negociado com a Andifes, com os colégios de reitores das universidades estaduais, com a Associação de Docentes das universidades privadas, com setores das chamadas universidades comunitárias, que têm alguns projetos muito sérios, com a CUT, com setores do movimento social organizado que não têm muita expressão dentro da CUT, com esses setores do empresariado, tipo os empresários para a cidadania, os setores que pegam o pequeno e o médio empresariado que dependem da universidade brasileira, com partidos políticos. Negociar, fazer um seminário com o PT, um dia, para discutir autonomia universitária a partir de textos concretos, cobrar dos caras. A mesma coisa com os outros partidos. Se tu conseguisse fazer um grande acordo nacional, incluindo SBPC, sociedades científicas, um grande acordo nacional que confluísse para um projeto de lei orgânica do sistema de ensino superior e entrar com esse negócio no Congresso com pompas e fanfarras.

Adverso - Esta seria a principal conquista?

Renato - Esse negócio seria algo fantástico. É por aí que nós temos que apontar.

Claiton J. Grabauska / Professor de Metodologia do Ensino na UFSM



BRASÍLIA, URGENTE: Os professores das extintas Universidades Federais (hoje Organizações Sociais de Ensino Superior), em greve há quatro anos, tomaram o Palácio do Planalto de assalto, ontem, sete de setembro de 2002. A data foi definida por lembrar o antigo "Dia da Independência" do Brasil; como todos sabem, a nova data de independência é quatro de julho, conforme Medida Provisória do Presidente Fernando II.

A tomada do Palácio do Planalto foi a culminância de uma marcha que começou nas antigas Universidades, hoje controladas, em sua maioria, por fundações mantidas por capital transnacional. Em maio de 2002, quando começaram as manifestações, os professores foram recebidos com estranheza pelos alunos, esquecidos que estavam da gratuidade do ensino, extinta quando da transformação das Universidades Públicas em Organizações Sociais. Hoje, em média, um estudante paga mensalidade de 1.200 dólares para estudar em uma Organização Social, preço pouco inferior ao da rede privada, em torno de 1.500 dólares mensais (quando as Universidades eram públicas, o ensino era gratuito).

Os professores chegaram a Brasília no dia seis de setembro, acampando num terreno ao Lado do Palácio. Cerca de trinta mil compareceram ao acampamento. Segundo um ex-dirigente da extinta ANDES, "seriam mais de 20 mil professores". Conforme avaliação da mesma entidade, poderiam ser muitos mais; entretanto, muitos foram levados pelo discurso do governo à época da greve ("a autonomia resolverá o problema das Universidades").

Antigamente, em 1998, um professor universitário, com doutorado, recebia cerca de 1.800 dólares mensais; atualmente, poucos recebem mais de 500 dólares por mês. Avaliações de entidades ligadas à educação reputam a pequena participação de professores universitários à cooptação de alguns, por parte do governo federal - os que estariam, hoje, ganhando 500 dólares mensais - ou à morte de três mil professores, pela greve de fome iniciada em maio de 1998.

Os professores chegaram à Brasília no dia seis de setembro, acampando em um terreno ao lado do Palácio do

Planalto; o governador do Distrito Federal, Fernando Collor, não despejou os manifestantes, mesmo a pedido do senador Paulo Octávio, seu amigo pessoal, que irá construir o "Planalto Tower", um luxuoso prédio de apartamentos para executivos de multinacionais, naquele local. Segundo o governador Collor, não seria necessário remover os manifestantes, pois "sua força é inexpressiva". Em um momento de "cochilo" da segurança do Palácio (cujos membros estão sem reajuste há três anos), os professores invadiram a sede do governo e tomaram como reféns o Presidente Fernando II, seu vice, Paulo Maluf, o Presidente-Adjunto, Antônio Carlos Magalhães (cargo criado pelo Projeto de Emenda Constitucional 14731/2001), o Cardeal Primaz do Brasil, Marco Maciel, além de várias lideranças do PFL, como Antônio Britto, Nelson Marchezan, Pimenta da Veiga, Amazonino Mendes, Anthony Garotinho, Nelson Jobim, Inocêncio de Oliveira, Eduardo de Azeredo, entre outros. Foi um baque para o PFL, maior partido do ocidente, condição alcançada após as eleições de 1998, quando absorveu o PSDB, o PPB, o PMDB e setores descontentes do PDT e do PPS. Nas palavras do presidente do partido, Senador César Maia (que não estava no Planalto por ter ido a uma consulta psiquiátrica): "Foi um duro golpe para o partido, pois as lideranças do Brasil moderno tiveram calada a sua voz - só resta eu."

O governador de São Paulo, Edson Arantes do Nascimento, propôs-se a trabalhar como mediador entre os professores e as Forças de Paz da Alca, as quais cercaram o Planalto logo após a invasão. Esta Força é a responsável pela segurança do governo. A Força de Paz da Alca tem 70 % de seu capital controlado pelo exército norte-americano; o restante é dividido entre China, Alemanha e Israel. A tomada do Planalto causou comoção internacional. Várias lideranças estrangeiras estavam na sede do governo, que na ocasião comemorava a privatização do comércio exterior do Brasil e do Banco Central. Entre as autoridades presentes, encontravam-se o Sr. Carlos Menem, recém nomeado Governador do Protetorado Norte-Americano do Rio da Prata (antiga República Argentina), o Rei do Império

Inca do Peru, Alberto Fujimori, o Presidente da TV Universal, Edir Macedo, recentemente naturalizado japonês, que acumula a presidência do Vaticano S.A. e o Presidente do Banco Mundial, o cidadão canadense, Pedro Malan.

A vigilância eletrônica do Planalto foi ativada, mas, descoberta pelos professores, foi destruída. Fontes extra-oficiais informam que as cenas gravadas são chocantes. A Rede Globo, o SBT e a TV Universal, que comprou a CNN há poucas semanas, disputam acirradamente a posse das imagens. Um dos membros da segurança, que teve acesso às imagens e preferiu não se identificar, contou que as cenas eram horríveis: "- Num primeiro momento, vi aqueles maltrapilhos pulando no Presidente e no ACM, rasgando as suas roupas e cravando os dentes na carne, arrancando nacos; outros fizeram uma barricada, impedindo que os demais fugissem. Foi um massacre !!!"

Os professores estão sem receber desde maio de 1998; até o momento, vinham recebendo donativos de entidades sindicais, ajuda humanitária da ONU (apesar do protesto dos EUA) ou, simplesmente, vivendo de esmolas. Muitos estavam desnutridos; em um teste feito no início do ano, muito professores não conseguiram lembrar de questões básicas das áreas em que trabalhavam antes da greve de 1998!!!!

Outras fontes informaram que todos os presentes à comemoração no Planalto7 foram canibalizados, à exceção do Cardeal Marco Maciel, por ser muito magro. Os Dirigentes das Organizações Sociais enviaram uma nota de repúdio aos órgãos de imprensa, contra a atitude dos professores. Segundo Maria da Graça Meneghel (presidente da Fundação XUXA de Ensino Superior e atual Reitora de Organização Social de Ensino Superior de Niterói, ex-UFF), o ex-ministro da Educação, Paulo Renato de Souza (falecido em agosto de 1998), havia prometido que, se os docentes saíssem da greve, a negociação seria estabelecida. A senhora Maria da Graça espera que as agressões acabem logo, a fim de que ela encontre-se com o Executivo - ou o que restou dele - para solicitar a recriação do Ministério da Educação, extinto em 1999, por sugestão do Banco Mundial.



Alfredo Jerusalinsky / Mestre em Psicologia Clínica e Doutorando na USP

Nosso ataque sofreu um ataque

Em recente comunicação, o Dr. Miguel Márquez, num artigo publicado no "Boletim Neurológico" (outubro de 1997), sob o título de "Estrés, trauma. Dissociação e Histeria, da psicobiologia à Clínica" oferece os resultados de uma pesquisa realizada no seio da Fundação A. Thompson. O que ele denomina (em consonância com o DSM IV) TEPT (transtorno por estresse pós-traumático) aparece caracterizado pela impossibilidade de que "a representação mental dos acontecimentos se ligue com representações mentais em si mesmo". Os *clusters* sintomáticos aparecem sob a forma de "...flash-backs...e um aumento persistente da activação" assim como "...o embotamento ou entumescimento psíquico", podendo estar acompanhado ou não por descargas motoras. "A resposta neurobiológica ao estresse supõe a liberação da catecolaminas, serotonina, glucocorticóides, aminoácidos excitatórios, neuropéptidos e opiáceos endógenos, numa tentativa adaptativa do organismo que, às vezes, é pior o remédio do que a doença. A instalação do TEPT se acompanha por uma hiperatividade autonômica... e o embotamento psíquico geral se explica por mecanismos de liberação de opiáceos endógenos similares aos postulados para a indefensão aprendida (s. Seligman)" (incapacidade de reação diante do outro). Se bem que o artigo alude ao fenômeno de *désagrégation* descrito por Pierre Janet em 1889 como antecedente desta pesquisa, elude ou desconhece a necessária referência a S. Freud no seu "Estudo sobre os mecanismos histéricos" onde, conjuntamente com Breuer, em 1893, descreve exatamente os mesmos mecanismos e a mesma etiologia para o chamado "ataque histérico". O curioso é que tenha se demorado 104 anos para chegar exatamente a mesma conclusão (com o agregado do detalhamento dos mecanismos em nível dos neurotransmissores, antecipados em hipótese no "Projeto de uma psicologia para neurólogos" do mesmo S. Freud). Ainda cabe a S. Freud o mérito de ter retomado e aprofundado a diferenciação descoberta por Charcot, entre o ataque histérico e o ataque (convulsão) epilético (veja-se a "Homenagem a Charcot diante de seu falecimento", 1893, S. Freud).

O maior mérito de Ronaldinho, nesta Copa do Mundo, parece ter sido a atualização de toda esta questão. Embora, como costuma acontecer nos fenômenos histéricos, o pa-



ciente seja muito mais sincero do que todos os que o rodeiam. Ocorre que ele não consegue ocultar o que todos os outros ocultam: ninguém logra encarnar o "falo mundial" sem pagar as consequências por isso.

Conciliar as representações mentais relativas à infância miserável, à responsabilidade de constituir-se no baluarte mundial do futebol, à tarefa de sustentar as ilusões todas de uma nação castigada pela crise. Tal a tarefa de Ronaldinho no meio de uma tormenta passional (Susana Werner) e uma eclosão econômica (a da babilônica explosão de sua fortuna). Tudo sustentado no seu corpo e, ainda mais, nos seus pés.

Como sustentar ali as representações de si em consonância com tal dilatação imaginária? Essas constituem as pré-condições exatas daquilo que, com exatidão diagnóstica, detonou como um ataque histérico. Nada mais "normal" do que Ronaldinho vir a nos revelar (como Ayrton Senna o fez já ao custo de sua vida) o quanto nossa própria existência é colocada em questão quando teimamos em personificar o impossível.

A demora em reconhecer o que todos reconheciam: era um "problema emocional" (nisso todo mundo coincidia), se manifesta como um paradoxo singular. A demora de semanas em dar lugar às consultas Psi, depois de terem cometido todos os erros possíveis nos chutes diagnósticos constitui, pela sua vez, o paradoxo resistencial que se equivale àquela demora de 104 anos entre os achados de S. Freud e a pesquisa do Dr Márquez.

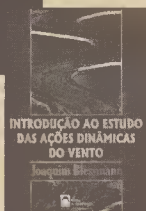
Trata-se da resistência do homem contemporâneo a se fazer responsável de seu sintoma.

Professor de pós-graduação na Unisinos e na USP. Psicanalista membro da APPOA e da Associação Freudienne Internationale.

O RELHA

Introdução ao estudo das ações dinâmicas do vento

Joaquim Blessmann. Ensaio sobre os diversos tipos de ações dinâmicas exercidas pelo vento sobre construções civis. Apresenta os processos para a determinação das forças laterais flutuantes. Editora da Universidade, 282 pp.



Mitos e heróis

Loiva O. Félix e Cláudio P. Elmôr (org.) Aborda a construção de imaginários míticos e heróis e suas apropriações por diferentes segmentos do social, tanto no presente quanto no passado. Editora da Universidade, 253 pp.

Mídia nativa - indústria cultural e cultura regional

Nilda Jacks. Trata da relação entre a cultura regional e a indústria cultural do Rio Grande do Sul pelo da análise do Movimento Nativista. Editora da Universidade, 150 pp.



AD NAUSEAM



HEMEROTECA

The world today
Nº 7 - Volume 54 - Julho de 1998
London Review of Books
Nº 11 - Volume 20 - Julho de 1998
Jornais Diários
Zero Hora - Correio do Povo
Folha de São Paulo

WWW

Imposto de Renda

☒ www.receita.fazenda.gov.br
Restituição do IR, certidão negativa e outras informações

Greve dos Professores 1998

☒ www.adufgrs.org.br
O endereço da página da Adufrgs

"Quem mais transigiu foi o Governo"

Renato de Oliveira,
ex-presidente da Adufrgs por duas
gestões, assumiu a direção da Andes co-
mo oposição e de forma polêmica. Nesta
entrevista, dá sua versão para os acon-
tecimentos que marcaram a greve de
1998

James Görgen e Silvanio Mariani

AD **verso** — Assumir a ANDES, em meio a uma greve que paralisou quase todas as universidades federais, pode prejudicar o restante do mandato?

Renato — Não, a greve atingiu um nível de mobilização inédito na história da universidade brasileira. Isso por si só já é um ponto de vantagem para uma gestão que vai começar. Na minha avaliação e na avaliação da nova Diretoria, a greve terminou vitoriosa, e isso é um saldo político que vai estar no crédito da nova Diretoria. Nós começamos com uma universidade muito mobilizada, com uma pauta política de debate praticamente já definida que é a questão da avaliação docente, um de nossos pontos de programa. A Andes participará com dois representantes na comissão que vai desenhar o projeto nacional de avaliação. O governo está obrigado pela lei a negociar com a universidade o projeto que será adotado. Na esteira da avaliação, nós vamos discutir não só a avaliação docente mas a avaliação institucional da universidade e a autonomia universitária. Então, acho que começamos em condições vantajosas nesse sentido.

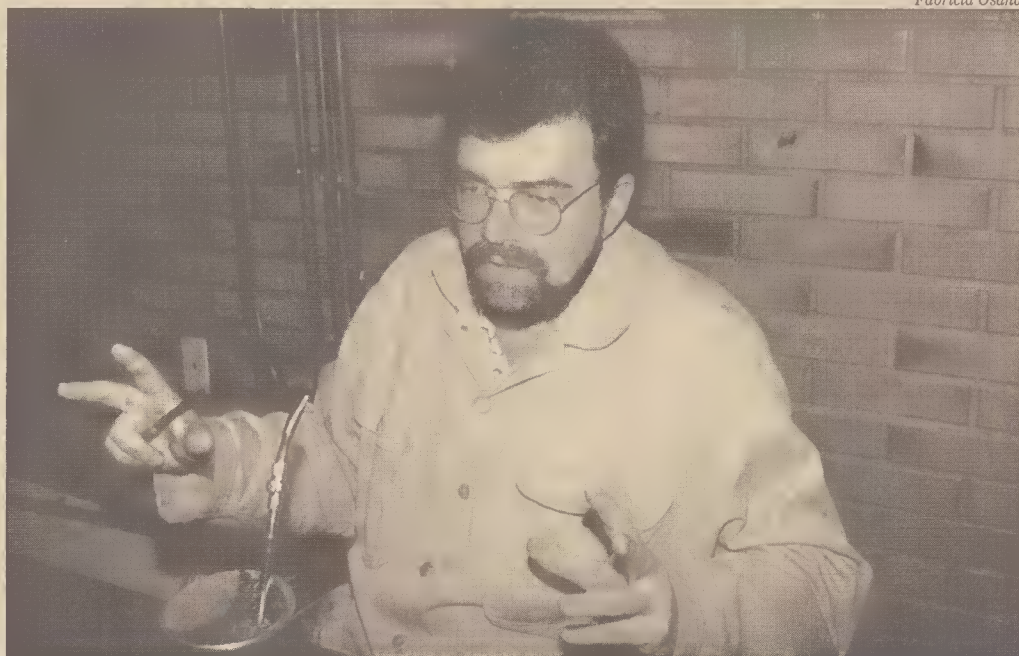
Adverso — Sair de uma greve com o movimento rachado, pelo menos política ou internamente, pode causar reflexos no futuro de uma gestão que é nova, de oposição e que tem uma proposta diferente?

Renato — Não acho que o movimento está rachado. Acho que lideranças do movimento docente saíram divididas. Na verdade, já estavam divididas. Quer dizer, as últimas duas eleições mostraram isso: as lideranças estavam divididas. Só que elas estavam divididas na ausência de movimento, não havia movimento docente. A capacidade de mobilização das universidades era muito pequena.

Adverso — Muitas das lideranças que ficaram à frente do CNG são representadas pela antiga situação, que ficou mais de 12 anos no comando da Andes. Isso pode criar um governo paralelo?

Renato — Não, acho que não. Se não tem mais greve, como é que vai existir comando nacional? Essa história de ter um comando nacional, é evidente que há nisso — ninguém é inocente — uma estratégia de criar um fórum de direção paralela dentro do movimento através do comando nacional. Isso é contra o estatuto da entidade, é contra a institucionalidade. Certos setores dentro da universidade e, talvez não por acaso, setores mais ligados à antiga Diretoria, têm dificuldade em compreender a necessidade de norma na vida política e na vida social. Eles têm dificuldade de compreender a necessidade de ter institucionalidade nas relações sociais, principalmente quando essas relações são públicas. Então se subverte a norma ao bel-prazer porque fora da norma ganha quem fala mais alto. Eles vão se dar mal. A vida social não pode ser reduzida a uma assembléia permanente.

Adverso — Durante esses meses, o CNG fez



Renato: Governo teve que se dobrar à força da greve dos professores

questão de garantir que não existiram negociações com o MEC. Aconteceram acordos de bastidores?

Renato — O que menos houve nessa greve foi acordo de bastidores. Houve uma negociação tão pública que foi uma negociação que se deu através dos jornais. Os interlocutores nunca sentaram frente à frente para negociar.

Adverso — Se houve intransigência dos dois lados, só quem negociou foi o senhor?

Renato — Não. Acho que quem mais transigiu foi o governo. Porque ele primeiro vem com a proposta do PID, que era uma porcária. Depois, ele mudou a proposta do PID ampliando a abrangência entre os professores. Num terceiro momento, o PID foi derrotado no Congresso Nacional. Aí, o governo ficou meio desarvorado durante um certo período e então veio a proposta com a gratificação vinculada a uma avaliação e, finalmente ele, e isso que não está bem compreendido, desvinculou a avaliação docente de um certo patamar de reajuste que vai ser concedido imediatamente e sobre o qual não vai incidir a avaliação.

Adverso — Em 90 dias, até que a comissão crie os critérios para a avaliação...

Renato — Vamos fazer a leitura do projeto tal como ele é. O projeto de lei diz que haverá um reajuste emergencial sobre a forma de gratificações isonômicas entre ativos e aposentados, com valores que irão variar de aproximadamente R\$ 50 até R\$ 700. Uma vez concedido, não se mexe mais nisso. Num segundo momento, vai se desenhar um processo de avaliação de desempenho docente que vai ser implantado ao ritmo de cada universidade e sobre esse processo de avaliação incidirão gratificações que vão variar de zero a R\$ 500. É isso que está dito. Isso significa que esse reajuste que nós ganhamos agora é um reajuste que vem para ficar. Eu posso levar pau na avaliação o resto da vida mas isso aí ninguém me tira. Isso não é um recuo? E o governo concede um prazo para discutir o processo de avaliação que está totalmente em aberto, não tem absolutamente nada definido, a não ser o critério básico de exigência de 8 horas/aula por semana. Houve transigência de parte do governo, não há dúvida. Agora, houve transigência porque ele foi crescentemente se dobrando à força do movimento e se dobrando à evidência de que estava cada vez mais isolado frente à opinião pública e isolado inclusive dentro do Congresso Nacional. Agora, a inabilidade da Diretoria anterior da Andes, e da maioria do comando que ela sempre influenciou, foi de não ter explorado este isolamento crescente do governo e essas contínuas derrotas que iam sendo impostas ao governo. Eles criaram a ilusão de que, de derrota em derrota, o governo acabaria perdendo tudo, quem sabe até as eleições e, portanto, nós chegaríamos à vitória final. Uma greve não se sustenta nessa dinâmica. Isso só seria viável se nós pudessemos manter esta greve viva até as eleições de outubro, o que eu acho, particularmente, uma insanidade com uma categoria onde se cruzam os mais diversos interesses, as mais diver-

sas perspectivas políticas e ideológicas. Está cheio de eleitor do FHC e uma liderança sindical tem que levar isso em conta.

Adverso — Todos os membros do CNG criticaram que o assunto foi tratado muito depressa.

Renato — Sem sombra de dúvidas. Em todo o contato no Congresso, em que a Andes batia pé na proposta de reajuste linear de 48%, todos os deputados, sem nenhuma exceção, diziam para os delegados do Comando e da Diretoria: "Vocês têm que apresentar uma proposta alternativa". Quando a Andes apresentou uma proposta alternativa, eles ouviram de todos os deputados: "Por que só agora? E a paridade, por que só agora?"

Adverso — Nessa época, o senhor sofreu acusações de ter negociado individualmente com o MEC, ter passado por cima das decisões do CNG...

Renato — Essas negociações nunca aconteceram e as acusações documentadas vão ser objeto de interpelação judicial.

Adverso — Isto já está sendo encaminhado?

Renato — Já.

Adverso — No momento em que tenta fazer um acordo com o presidente do Senado e aprovar o projeto que, na verdade, iria safar não só o governo como a própria cabeça do ministro da Educação, o senhor não pensou em estar sendo usado como uma peça no jogo do governo?

Renato — Acho que um instrumento relativamente caro. Agora, eu acho que o próprio ministro naquele momento se tornou um instrumento nas nossas mãos, na medida em que ele teve que se comprometer com algo que não estava previsto, que era a questão do Primeiro e Segundo Graus, por exemplo. Teve que se comprometer com o funcionamento real da comissão de avaliação.

Adverso — Existia alguma ameaça real de o projeto não ser aprovado se o ACM não deixasse?

Renato — A possibilidade do projeto não ser aprovado era de 99%, para não dizer 100%. Porque há um enfrentamento entre o PFL e o PSDB dentro do governo federal. A perda, por parte do governo, de Sérgio Motta e de Luís Eduardo Magalhães, desagregou o núcleo que mantinha essa solidez mínima de duas forças que, no limite, têm interesses conflitantes dentro do governo. Esse ministro é um ministro que se fortaleceu muito dentro do governo federal. Isso, obviamente, causou problemas dentro do próprio PSDB. O Ministério da Educação é uma área tradicionalmente controlada pelas forças que hoje estão no PFL. Eu não tenho dúvidas de que o ACM iria se aproveitar disso para enfraquecer o ministro que hoje é o mais forte concorrente do PSDB aos projetos do PFL. Tanto que o projeto sequer constava na pauta da sessão. O ministro sai fortalecido desta greve. Agora, nós não fizemos uma greve contra o ministro, nós fizemos uma greve em defesa da universidade. Nós temos que aprender a negociar com o governo da República, é isso que é central. ✱